

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 52

(Sem revisão final)

31 de maio de 2019

(14:38 h-15:43 h)

Ordem do dia:

Apresentação e discussão do Relatório preliminar da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados oradores:

Ricardo Bexiga (PS)

Berta Cabral (PSD)

Ascenso Simões (PS)

João Vasconcelos (BE)

Telmo Correia (CDS-PP)

António Filipe (PCP)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde.

Vamos iniciar a reunião de apresentação do Relatório preliminar da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

Eram 14 horas e 38 minutos.

Quero apenas recordar que ontem ficou acordado, em reunião de Mesa e Coordenadores, que o Relatório preliminar iria ser enviado pelo Sr. Deputado Relator à Comissão e aos Srs. Deputados Coordenadores de todos os grupos parlamentares, impreterivelmente, até meia hora antes da reunião, ou antes, se fosse possível.

O Presidente da Mesa recebeu o Relatório a essa hora e constatou que todos os grupos parlamentares, através dos seus coordenadores, o receberam de igual modo. É certo, também, que, tratando-se de um relatório com 170 páginas — aproveito, aliás, para agradecer o trabalho que, seguramente, não deixou de dar ao Sr. Deputado Relator a empreitada da sua responsabilidade —, é óbvio que, como havíamos comentado ontem, não é possível tecermos, hoje, mais do que considerações genéricas sobre o mesmo.

Pelo que, e no final da reunião recordarei esse facto, ficou também acordado que o prazo de apresentação das propostas de alteração pelos diversos grupos parlamentares ao Sr. Deputado Relator terminará daqui a 11 dias, um número de dias considerável, às 10 horas da manhã. Portanto, dia 11 de junho de 2019, à 10 horas da manhã, precludirá o prazo para apresentação de propostas de alteração.

Antes de dar a palavra, tal como combinado, ao Sr. Deputado Relator, dou a palavra ao Sr. Deputado Matos Rosa para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Sr. Presidente, como lhe disse, e repito agora, não queria intervir sobre este assunto, até porque pedi explicações antes da reunião e foram-me dadas. Mas como o Sr. Presidente referiu que todos os grupos parlamentares receberam o Relatório, faço esta interpelação à Mesa porque queria que ficasse na ata desta reunião que não foi bem assim: só os coordenadores dos grupos parlamentares é que receberam o Relatório, meia hora antes da reunião, como foi combinado na reunião de ontem.

Os restantes Deputados e eu próprio, que sou Deputado da Comissão e, também, Vice-Presidente da Comissão, membro da Mesa, não o receberam, até agora. É só para que fique registado em ata, porque julgo que essas situações não se devem repetir, nem devem acontecer, pois não foi correta a forma como foi conduzido esse assunto e a distribuição do próprio Relatório.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, registo a sua interpelação. Obviamente, essa situação não se repetirá porque a apresentação do Relatório decorre num único momento, mas queria registar que, neste momento, presumo que já o tenha recebido ou esteja na iminência de o receber. Isto porque, entretanto, a instâncias do Sr. Deputado, solicitei que fosse distribuído a todos os Sr. Deputados o Relatório que — na sequência do que foi acordado ontem e, reitero, sem oposição de nenhum dos membros presentes na reunião de ontem —, iria ser enviado apenas aos Deputados Coordenadores dos grupos parlamentares.

Portanto, admito que tenha sido falha do Presidente não enviá-lo posteriormente a todos as Sr.^{as} e Srs. Deputados, pois parti do pressuposto de que seria distribuído internamente, mas quero reafirmar que essa omissão,

na instrução aos serviços de distribuição a todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados, é me apenas imputável a mim.

De qualquer maneira, reitero também que, como seria óbvio, e também ficou acordado, para além da exposição introdutória do Sr. Deputado Relator, com as considerações que não deixará de fazer, não se espera hoje dos Srs. Deputados Coordenadores mais do que considerações consentâneas com a exiguidade do prazo de que dispuseram para apreciar o Relatório, pelo que, obviamente, esta Comissão voltará a reunir, já em condições de o discutir aprofundadamente e de o votar.

Sr. Deputado, registo as suas palavras e penitencio-me, na parte que me cabe, por não ter transmitido aos serviços a necessidade de fazer distribuir o Relatório, através da Comissão, às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados.

Posto isto, dou a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Bexiga, reiterando os meus agradecimentos pelo trabalho desenvolvido.

O Sr. Ricardo Bexiga (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, gostaria também, em primeiro lugar, de retribuir os agradecimentos ao Sr. Presidente, pela forma sábia como conduziu estes trabalhos e como assegurou que tivéssemos todos as condições para atingirmos os resultados que nos propusemos quando constituímos esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Gostaria também de agradecer aos Srs. Deputados que participaram nesta Comissão. Sem os seus contributos, sem as questões que colocaram a todos aqueles que foram ouvidos em audição nesta Comissão, não seria naturalmente possível conseguirmos obter não só as conclusões, mas também as recomendações que vamos encontrar neste Relatório.

Gostaria também de agradecer — e penso que neste agradecimento irei incluir a vontade de todos as Sr.^{as} e todos os Srs. Deputados — à equipa de assessoria a esta Comissão que teve um trabalho, de facto, hercúleo,

designadamente do ponto de vista do acompanhamento de todas as audições, mas também nas transcrições que fizeram das mesmas. Sem esse trabalho, muito dedicado e esforçado, seria também muito difícil conseguirmos ter, hoje, o Relatório que aqui vos vou apresentar.

O Relatório está dividido, como, com certeza, tiveram oportunidade de verificar, entre um conjunto de considerações e avaliações das diversas audições e da prova documental que foi enviada para esta Comissão e um conjunto de conclusões e 35 recomendações que entendi que deveriam ser os contributos que a Assembleia da República deve ao País, no sentido de garantir que os factos que, hoje, analisamos e concluimos, do ponto de vista das razões e das causas, não se voltem a repetir.

Iria, nestes 15 minutos que me foram concedidos, concentrar-me nas conclusões, deixando as recomendações para uma avaliação posterior. Penso que seria importante começar a minha intervenção por relembrar as funções e o objeto das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Com efeito, resulta da lei que as Comissões de Inquérito têm por função vigiar o cumprimento da Constituição e da lei aplicável e, também, apreciar os atos do Governo e da Administração. Digo isto porque não temos por função substituir os órgãos de investigação criminal, que, como sabem, estão a exercer, ainda hoje, as suas funções no quadro da investigação criminal que está em curso. Portanto, nessa matéria, naturalmente, entendi que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não se pode pronunciar.

Por outro lado, procurei, também, cumprir com lealdade aquilo que consta da resolução que fixou o objeto desta Comissão, que, concretamente, é o de «identificar atos ou omissões do XXI Governo Constitucional relacionados, direta ou indiretamente, com o furto das armas em Tancos, no período compreendido entre junho de 2017 e o presente, bem como apurar as responsabilidades políticas daí decorrentes».

Procurei fazê-lo, conforme tive também a oportunidade de referir, quando aceitei este encargo, com total independência, com total imparcialidade e sempre com o princípio e o objetivo de assegurar que os trabalhos desta Comissão tivessem um contributo importante, no sentido de assegurar a fiscalização da aplicação da lei, da Constituição e a apreciação da ação do Governo e dos órgãos públicos que intervieram nos factos hoje conhecidos do furto de Tancos.

A grande questão com que, naturalmente, todos nós nos deparamos no início dos trabalhos, a meu ver, foi esta: como foi possível acontecer o furto dos Paióis Nacionais de Tancos? Para isso, entendo que é essencial partirmos do enquadramento dos Paióis Nacionais de Tancos, designadamente, da história da sua construção e da sua implementação.

Esta é uma infraestrutura militar construída nos anos 80 do século passado, uma estrutura que, ao longo dos anos, de acordo com diversos relatórios e documentação que temos junto ao relatório, deixou de ser prioritária nos planos de segurança de todas as Unidade responsáveis pelo planeamento, organização e execução das ações de segurança.

Chamo, por exemplo, à colação todos os relatórios de tomada de posse dos comandantes das Unidades intervenientes no processo de execução e implementação da segurança dos paióis já que em nenhum deles é feita uma referência à situação da infraestrutura dos Paióis Nacionais de Tancos ou de qualquer medida relacionada com a implementação de medidas de segurança dos Paióis Nacionais de Tancos.

Portanto, esta infraestrutura não era, de facto, considerada prioritária nos planos de segurança das diversas Unidades militares envolvidas, o que resultou, designadamente do ponto de vista das circunstâncias que todos nós tivemos oportunidade de constatar na visita que fizemos ao local, numa infraestrutura física militar em que os matos não estavam limpos, em que o estado de conservação das vedações era, de facto, de total falta de

conservação, em que as torres de vigia não estavam operacionais, em que o sistema de iluminação das instalações estava degradado e em que havia uma ausência de meios eletrónicos de segurança.

Este cenário era do conhecimento da hierarquia militar, seja das Unidades que tinham como função executar os planos de segurança, seja das hierarquias militares que tinham como função o planeamento e a gestão da segurança dos Paióis Nacionais de Tancos. Apesar disso, não houve a perceção real do grau de vulnerabilidade criado pelas deficiências da infraestrutura que acabei de descrever e, também, não houve uma adequação do nível de ameaça que, a meu ver, devia ter sido avaliado em função das condições físicas da infraestrutura.

Por isso mesmo, todas as Unidades militares que intervieram no processo não alteraram as NEP (norma de execução permanente), nem o plano de segurança dos Paióis Nacionais de Tancos, designadamente, procurando adequar os efetivos de pessoal afetos às patrulhas de segurança desta infraestrutura àquilo que eram as deficiências e as limitações das condições de conservação e de manutenção dos Paióis Nacionais de Tancos. Portanto, tínhamos um cenário em que tudo conduzia à possibilidade de acontecer um facto como aquele e que nós ouvimos vários responsáveis militares descrever, nesta Comissão, como potenciador de um risco que não foi devidamente avaliado pelas estruturas militares.

Quais são as grandes conclusões, relativamente a esta situação, que entendi retirar? Que a missão de segurança atribuída às diversas Unidades militares responsáveis pela segurança dos Paióis Nacionais de Tancos não foi efetivamente cumprida; que se verificaram falhas graves nas ações de conservação e manutenção mínimas das infraestruturas dos Paióis Nacionais de Tancos; e que, claramente, não foi cumprida a obrigação da perceção real e adequada do grau de vulnerabilidade das instalações, traduzida na insuficiência dos meios de segurança que foram afetos pelas estruturas

militares à segurança desta infraestrutura, designadamente, do ponto de vista de efetivos militares.

Mas será que foi por isso que ocorreu o furto dos Paióis Nacionais de Tancos? Vale a pena analisar, também, o seguinte, com esta reserva: é evidente que esta Comissão não se pode substituir à investigação criminal que está em curso e que irá, naturalmente, encontrar as circunstâncias concretas em que ocorreu o facto propriamente dito do furto. No entanto, podemos já concluir, não só pelos depoimentos prestados nas diversas audições nesta Comissão, como também na diversa documentação que está ao nosso dispor, que o furto ocorre porque as NEP não foram cumpridas e porque houve um incumprimento de princípios de segurança fundamentais.

Concretamente, por razões que irão, naturalmente, também ser apuradas na investigação criminal, as rondas obrigatórias não foram cumpridas, verificando-se uma ausência de patrulhamento dos efetivos afetos à segurança dos Paióis, durante mais de 20 horas, no dia em que aconteceu o furto. Isto é, temos infraestruturas que são altamente vulneráveis a situações como aquela que ocorreu, no entanto, esse furto poderia não suceder se, eventualmente, o patrulhamento, que estava devidamente definido nas NEP para ser cumprido, fosse cumprido no dia em que aconteceu o furto.

Esse furto ocorre, ainda — esta também é uma conclusão importante —, porque os intrusos tiveram a colaboração de efetivos militares, afetos à segurança dos Paióis Nacionais de Tancos, que criaram condições de oportunidade para que os factos ocorressem. Vamos esperar pela investigação criminal para perceber como foi feita esta colaboração, com que objetivos e em que circunstâncias ocorreu, mas não há dúvidas, a meu ver, de que o furto teve lugar porque houve uma conjugação planeada da fragilidade da segurança das infraestruturas com a ausência das rondas de patrulhamento que deveriam ter acontecido no dia em que ocorreu o furto.

Passamos, então, à questão relacionada com a investigação dos factos relacionados com o furto dos Paióis Nacionais de Tancos. O procedimento de investigação inicial dos factos sobre os quais nos debruçamos iniciou-se de forma absolutamente regular, com a urgência devida, de forma pronta, cumprindo-se os regulamentos e as normas aplicáveis, designadamente com o reporte da situação às diversas entidades competentes quer da Polícia Judiciária Militar (PJM), quer da Polícia Judiciária (PJ), quer do sistema de segurança nacional.

O Sr. Chefe do Estado-Maior do Exército, inclusivamente, demonstrou, ao longo de todo o processo, uma vontade real de criar condições para que tudo se esclarecesse com total independência e imparcialidade. Foi assim que entendi as declarações que o ex-Chefe do Estado-Maior do Exército prestou nesta Comissão para justificar a sua decisão de exonerar, temporariamente, os comandantes das Unidades envolvidas na segurança nos Paióis Nacionais de Tancos.

Portanto, houve, de facto, do chefe máximo da hierarquia militar do Exército, uma vontade clara de que tudo se esclarecesse, de que tudo fosse averiguado sem haver interferência das Unidades que, de alguma forma, ou de outra, poderiam ser acusadas de ter falhado nas suas funções.

Sucedeu que esta decisão potencia, depois, — e, a nosso ver, espoleta — uma reação muito forte de oposição das hierarquias militares responsáveis pelo planeamento e gestão da segurança militar, designadamente dos comandantes das Forças Terrestres e de Pessoal. Estes militares foram os responsáveis pela criação de um ambiente de profunda contestação e, também, de instabilidade nos procedimentos de apuramento das responsabilidades, na hierarquia militar, dos factos que ocorreram em Tancos.

A tentativa, a meu ver, foi a de não prosseguir, até às últimas consequências, com o apuramento dessas responsabilidades. É por isso que

verificamos que, a nível interno, os processos de averiguação e de inquérito, abertos no âmbito da estrutura do Exército, se limitam a verificar o comportamento de um oficial, de um sargento e de um praça, com sanções menores aplicadas a estes membros da hierarquia militar.

É também por isso que constatámos, seja através das audições, seja através da consulta da documentação enviada, que houve uma tentativa de fechamento da estrutura militar na averiguação das responsabilidades dentro da estrutura do Exército. Por isso mesmo, houve uma falha clara da comunicação da informação que era essencial para a segurança do Estado, designadamente informação da estrutura militar para as diversas entidades integradas no sistema de segurança do Estado.

De todo o modo, quando essa informação chegou aos diversos órgãos do sistema de segurança do Estado, a avaliação que essas estruturas fizeram quer no que diz respeito ao nível de ameaça à segurança nacional, quer relativamente à necessidade de implementar medidas complementares para assegurar a defesa nacional foram no sentido de entender que o furto de Tancos não era razão para aumentar esse nível de ameaça ou para implementar medidas complementares de defesa nacional, o que, aliás, depois, como sabem, foi uma decisão correta, na medida em que não ocorreu nenhum facto de especial relevância que pudesse afetar a segurança do nosso País.

No processo de investigação dos factos relacionados com o furto de Tancos, convém destacar o papel da Polícia Judiciária Militar em todo o processo, que, como referi foi, de início, um papel e uma intervenção dentro do quadro regulamentar e legal aplicável. A certa altura, devido, talvez, a uma reacção corporativa — veremos o que é que a investigação criminal poderá esclarecer sobre isso —, passa a assumir um papel em que, claramente, em vez de ser parte da solução, passa a ser parte do problema, na medida em que acaba por ter uma intervenção que prejudica,

efetivamente, todo o desenrolar da investigação, com consequências que a investigação criminal poderá, depois, apurar.

Certo é que não há qualquer fundamento, legal ou regulamentar, para o facto de a Polícia Judiciária Militar — após o despacho da Sr.^a Procuradora-Geral da República que atribui a responsabilidade da investigação ao Ministério Público, coadjuvado pela Polícia Judiciária — entender que deve manter um processo de investigação paralelo que, depois, desenvolve através dos factos que, a seguir, irei referir.

Agora, queria deixar claro o seguinte: essa intervenção da Polícia Judiciária Militar, contra as normas legais e regulamentares aplicáveis, não é a intervenção da instituição, é a intervenção da Direção da altura da Polícia Judiciária Militar, que, de modo próprio, entende assumir uma interpretação e uma aplicação das normas e dos regulamentos que a leva a entender que seria ela a instituição de investigação que devia fazer essa investigação.

É certo que, com a intervenção da Polícia Judiciária Militar, se consegue recuperar todo o material, ou, à partida, parte do material objeto do furto dos Paíóis Nacionais de Tancos. Todavia, resta apurar se esse comportamento da Direção da Polícia Judiciária Militar não afetou e não comprometeu a investigação relativa, por um lado, a factos e circunstâncias desse furto, mas também dos seus responsáveis — mas, como referi, isso é matéria que está no âmbito da investigação criminal em curso.

Como surge, então, este processo de recuperação ou o achamento do material furtado de Tancos? A nosso ver, o processo de recuperação do material furtado de Tancos resulta da exclusiva responsabilidade e de opções da Direção, da altura, da Polícia Judiciária Militar, em concertação ou, pelo menos, com o apoio de efetivos da GNR (Guarda Nacional Republicana) de Loulé.

O que, aparentemente, justificou esta decisão e estes atos da Direção da Polícia Judiciária Militar foi a vontade de garantir a prevalência da Polícia

Judiciária Militar na investigação de factos que esta entendia que eram da exclusiva responsabilidade militar e, também, a vontade de garantir a recuperação do material furtado, de forma a assegurar o prestígio das Forças Armadas.

Será matéria para a qual, para termos uma conclusão segura, teremos também de aguardar pelas conclusões do processo de investigação criminal.

Uma coisa é certa: na sequência das audições e da documentação que foi objeto da análise desta Comissão, o Governo, através do Ministério da Defesa Nacional só teve conhecimento *a posteriori* de todos estes procedimentos, de todas estas decisões e de todos estes atos da anterior Direção da Polícia Judiciária Militar.

Chegamos então ao ponto final do relatório, que tem a ver com o apuramento das responsabilidades governativas de quem tinha a tutela das diversas entidades intervenientes neste processo. Resulta da diversa documentação que é do nosso conhecimento — designadamente do documento, que é público, *Tancos 2017: factos e documentos* — que, logo a seguir ao furto, o Ministério da Defesa Nacional desencadeou de imediato, dentro das suas competências legais e regulamentares, todos os procedimentos previstos para se iniciar a averiguação dos factos e, fundamentalmente, para se acautelar a segurança não só dos Paíóis Nacionais de Tancos, mas de todas as instalações militares em Portugal.

Nesse documento, que referi, há, de facto, uma descrição exaustiva de todas as diligências realizadas por impulso do Sr. Ministro da Defesa Nacional, no sentido de acautelar a segurança e no sentido, fundamentalmente, de assegurar que situações como o furto de Tancos não voltassem a ocorrer em instalações militares nacionais.

Aliás, apurámos, também, que não houve, ao longo de todo o procedimento de investigação dos factos de Tancos, designadamente, no processo de achamento do material furtado, alguma interferência política na

ação do Exército ou na ação da Polícia Judiciária Militar, após o furto de Tancos.

Apurou-se, sim, *a posteriori*, que, a certa altura, quando a ex-Direção da Polícia Judiciária Militar — e perdoe-se a expressão que vou utilizar — começou a sentir que o terreno lhe estava a fugir debaixo dos pés, tentou, efetivamente, implicar o Ministério da Defesa Nacional nos atos e decisões que tomou, designadamente, com a iniciativa de contactar o Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, pedindo-lhe o apoio para a elaboração de um comunicado à comunicação social sobre uma versão do achamento do material furtado de Tancos.

Aliás, quer o ex-Ministro da Defesa Nacional, Prof. Azeredo Lopes, quer, no depoimento escrito do Sr. Primeiro-Ministro, Dr. António Costa, é claro que eles não tinham qualquer conhecimento prévio, nem intervieram, de forma alguma, a meu ver, neste processo de achamento do material furtado de Tancos.

Sucede mesmo que estes dois responsáveis políticos confessam que, depois de sair o comunicado produzido pela Polícia Judiciária Militar, acabam por produzir declarações públicas, pensando que o que estava nesse comunicado correspondia à verdade, quando, afinal, como hoje sabemos, muitas das circunstâncias e dos factos descritos nesse comunicado não correspondiam, efetivamente, à realidade.

Por fim, conclui-se, também, que o Sr. Primeiro-Ministro só em 12 de outubro de 2018, através do seu Chefe de Gabinete, teve conhecimento do famoso documento apócrifo, entregue ao Chefe de Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, onde eram relatados factos relacionados com o processo de achamento do material furtado de Tancos.

Portanto, nesse quadro, entendemos que, do ponto de vista de responsabilidades governativas, quer o Sr. Ministro da Defesa, quer o Sr. Primeiro-Ministro cumpriram as obrigações que lhes estão legal e

constitucionalmente veiculadas e nesta matéria não será ao Governo que devem ser atribuídas responsabilidades, seja dos factos relacionados com o furto propriamente dito do material de Tancos, quer relativamente ao seu achamento.

Em função dos factos apurados, entendemos que será um contributo importante que esta Comissão poderá dar, um conjunto de recomendações, conforme referi, em função destes grandes capítulos em que entendi dividir o Relatório. São 35 recomendações que são um contributo para que Tancos não volte a acontecer em Portugal.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se agora, como tínhamos acordado, o conjunto de considerações necessariamente breves e perfunctórias que terão, obviamente, tradução no final do prazo que, como há pouco referi, será concedido a todos os grupos parlamentares para apresentarem as suas propostas de alteração ou de aditamento, mas sobre isso cada grupo parlamentar será o juiz de si próprio.

Dava a palavra, então, à Sr.^a Deputada Berta Cabral. O tempo disponível é indicativo, mas tínhamos acordado entre 5 e 10 minutos para os considerandos. Não interromperei, mas pedia a todos os grupos parlamentares que, na medida do possível, se circunscrevessem a esse tempo.

Sr.^a Deputada Berta Cabral, a palavra é sua.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Muito obrigada. Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, serei necessariamente breve. Cumprimento o Sr. Relator pela apresentação do Relatório, mas devo dizer que um Relatório com este detalhe e com esta extensão obviamente tem de ser bastante detalhado e é isso que iremos fazer de seguida, analisá-lo detalhadamente.

Daquilo que pude ver, percebe-se que há, de facto, algumas conclusões que não foram sujeitas a contraditório e, portanto, dificilmente se poderá dizer que a Comissão apurou, porque efetivamente isso careceria de algum contraditório para se poder ter a certeza de que, de facto, foi apurado pela Comissão, mas não vou entrar em detalhes, vou apenas dizer que apresentaremos as nossas propostas de alteração naquilo que considerarmos adequado.

De qualquer forma e independentemente dessa situação, penso que podemos deixar aqui já algumas questões que estão no Relatório — veremos se estão detalhadas de forma correta — que penso serem essenciais e que têm a ver com uma evidente falha de procedimentos de segurança, com uma evidente falha de comunicação do sucedido em Tancos entre o Exército, o Ministério da Defesa e os organismos responsáveis pela segurança interna do País.

Também para nós é claro que o Ministro da Defesa, Azeredo Lopes, tomou conhecimento dessas falhas de segurança e iniciou alguma atuação nesse sentido, mas, infelizmente, talvez porque não deu prioridade ou porque as suas ordens não terão tido o desenvolvimento que ele gostaria que tivessem, não evitou a situação do material de Tancos.

A própria Polícia Judiciária Militar — e isso também é claro — agiu à revelia do despacho da Procuradora-Geral e, portanto, tudo isto tem de ser muito bem detalhado neste Relatório. Temos de avaliar a forma como está aqui referido que durante um ano o Ministro da Defesa da altura, Azeredo Lopes, teve conhecimento do conteúdo dos documentos que o Diretor da Polícia Judiciária Militar e o Major Vasco Brazão entregaram no seu Gabinete e que o seu Chefe de Gabinete, se não lhe entregou o documento, transmitiu, de acordo com as suas declarações nesta Comissão, no essencial o seu conteúdo. Portanto, teve conhecimento durante um ano e desvalorizou

ou não comunicou ao Primeiro-Ministro ou terá comunicado e o Primeiro-Ministro desvalorizou.

Há, de facto, aqui uma nebulosa e um jogo de sombras difíceis de apurar por parte desta Comissão, mas tem de ser também espelhada no Relatório essa dificuldade porque efetivamente não ficou muito claro.

Devo dizer, aliás, que temos muita dificuldade em compreender que o Primeiro-Ministro não tenha tido conhecimento do conteúdo desses documentos e da encenação que eles revelaram, porque no relacionamento entre os vários Membros do Governo e o Primeiro-Ministro e dentro dos gabinetes dos próprios Membros do Governo o normal é o Chefe de Gabinete, tendo conhecimento de uma situação tão grave quanto esta e de uma informação tão relevante quanto o memorando que lhe foi entregue, dar conhecimento ao Ministro e foi isso, efetivamente, que o Chefe de Gabinete fez: deu conhecimento ao Ministro.

Mas o normal também, porque é isso que acontece nestas circunstâncias, é o Ministro da Defesa Nacional, em face da gravidade da situação, dar imediato conhecimento ao Primeiro-Ministro. Não podemos apurar se assim foi ou não, mas também não podemos deixar de estranhar e, como disse no início, de ter muita dificuldade em compreender que assim não tenha sido. Portanto, é legítimo pensar — e nós ficamos com essa dúvida — que o Primeiro-Ministro estaria eventualmente por dentro de todo este processo.

De qualquer modo, e voltando ao início, esta Comissão tem por missão apurar os atos e omissões do Governo, ou seja, apurar as responsabilidades políticas. É aí que nos vamos concentrar na avaliação deste Relatório e, dentro dos prazos estabelecidos, o PSD apresentará as devidas propostas de alteração.

Muito obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada Berta Cabral.

Segue-se agora o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra, nos mesmos termos, o Sr. Deputado Ascenso Simões.

Faça favor.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em nome do Partido Socialista queria agradecer o trabalho do Relator desta Comissão e especialmente destacar dois elementos que nos parecem importantes para o respeito do Parlamento: este Relatório não teve nenhuma fuga até ao momento em que foi distribuído pelos grupos parlamentares, nota que não é habitual nos Relatórios das Comissões de Inquérito, e a segunda circunstância é que, pela forma como o Relator escreveu este Relatório, a cada afirmação corresponde uma transcrição verificada das audições aqui presentes nesta Comissão.

Posso fazer muitas suposições sobre tudo. Por exemplo, posso fazer a suposição de que tendo a Sr.^a Deputada Berta Cabral sido Secretária de Estado da Defesa, ela própria saberia de todo o estado em que estavam os Paióis de Tancos quando exerceu funções. Mas eu não faço essa suposição,...

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Mas já fez!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — ... porque não devo fazer, porque não devo fazer! Ou seja, a Comissão de Inquérito...

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Porque não pode!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Pois, mas a Sr.^a Deputada fez considerações que sabe que não pode fazer relativamente aos Membros do Governo!

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Como já aconteceu aqui!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não aconteceu aqui! Que não aconteceu aqui!

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Podemos assegurar!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Se me deixarem falar, também posso pedir para assegurarmos exatamente que a Sr.^a Deputada, enquanto Secretária de Estado da Defesa, sabia de todas as circunstâncias de Tancos e nunca fez nada por isso!

Protestos da Deputada do PSD Joana Barata Lopes.

Dá-me licença? Posso falar?

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos deixar-nos de tecer considerações.

Protestos da Deputada do PSD Joana Barata Lopes.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Exatamente como não foi a Sr.^a Deputada Berta Cabral a fazer considerações sobre o Sr. Ministro e o Sr. Primeiro-Ministro! Acabou de dizer isso, está gravado.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Por dizer o que sabia?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não, a nebulosa! É a mesma nebulosa que a Sr.^a Deputada Berta Cabral acabou de referir relativamente ao Governo! Portanto, vamos lá ver...

Protestos da Deputada do PSD Joana Barata Lopes.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, peço que cada grupo parlamentar teça considerações sobre o que acabou de ouvir da parte do Relator, após o que concluiremos os nossos trabalhos.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Há uma coisa que é verdade: este Relatório sustenta-se em transcrições que nos foram entregues pelos serviços. Este Relatório tem conclusões que decorrem das transcrições feitas do que se ouviu aqui, nesta Comissão. Este Relatório não inventa nada nem limpa mais branco do que o *Omo!*

Risos do Deputado do PSD Carlos Abreu Amorim.

Este Relatório faz uma análise do que aconteceu antes, do que aconteceu no dia, dos desenvolvimentos que se verificaram no âmbito do Exército e da Polícia Judiciária Militar. Faz uma análise do que se verificou na Polícia Judiciária, na relação com os serviços de informações e segurança, na relação com os serviços de segurança interna...

Protestos do Deputado do PSD Carlos Abreu Amorim.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, agradeço que se criem condições para o Sr. Deputado Ascenso Simões poder concluir.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Este Relatório faz uma análise dos comportamentos que se verificaram na Polícia Judiciária Militar e da relação da Polícia Judiciária Militar com o Gabinete do Sr. Ministro e com o Gabinete do Sr. Presidente da República referida quer pelo Sr. General Menezes, que tentou intervir junto do Presidente da República, quer pelo Sr. Diretor da Polícia Judiciária Militar, que tentou intervir junto do Chefe da Casa Militar do Presidente da República.

Portanto, neste Relatório nada ficou por dizer! É importante que os Srs. Deputados, quando avaliarem este Relatório, não avaliem aquilo que gostariam de ver no Relatório, e que não se confirmou aqui em nenhuma audição, mas que olhem para as conclusões e para as recomendações não na perspectiva de encontrarem bodes expiatórios, mas de encontrarem soluções para que não se volte a verificar uma situação como a que ocorreu em Tancos.

O Sr. **Carlos Abreu Amorim** (PSD): — Isso é uma boa definição de branqueamento!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — É uma boa definição de branqueamento!? A minha definição de branqueamento é tão importante quanto a definição técnica que o Sr. Deputado Abreu Amorim sempre fazia perante um furto, chamando-lhe roubo. E aqui termino. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, muito obrigado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado João Vasconcelos, também nos mesmos termos.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em primeiro lugar, em nome do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, quero agradecer ao Sr. Deputado Relator este Relatório que aqui nos apresenta, o qual, à primeira vista, tendo em conta o pouco tempo que tive para olhar para o mesmo, subjacente à questão das recomendações e conclusões, parece-me ser um trabalho sério, responsável, fidedigno,...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Muito bom! Sim, senhor!

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — ... pese embora o Bloco de Esquerda também vá apresentar algumas propostas de alterações. Quero também agradecer aos assessores pelo trabalho que fizeram.

Sem prejuízo de uma leitura mais atenta nos próximos dias, gostaria de tecer algumas considerações indo logo ao início das conclusões.

Com efeito, é um facto que as estruturas dos Paióis Nacionais de Tancos estavam bastante degradadas, e não foi ao longo de uma década, mas de duas décadas. Pelos documentos que nos foram entregues, sabemos que a partir de 2000, pelo menos, e nos anos seguintes, se verificou um conjunto de anomalias, de fragilidades, de estruturas que passaram a estar obsoletas e degradadas e que se vão agravar nos próximos anos.

E na realidade houve uma falha importante numa das funções do Estado, que é a defesa. Isto sem dúvida. E sem dúvida que isso é grave, importa que — e o Relatório e esta Comissão de Inquérito servem exatamente para isso — não se verifiquem situações destas no futuro ou

pelos menos que se tentem evitar. É impossível dizer que não vamos ter uma outra situação destas ou parecida no futuro, mas de qualquer modo também serve o Relatório para aquilatar todas essas situações.

Há um outro facto que também gostaria de frisar: quando na alínea g), ponto 1 referi que a questão de se tomarem decisões de curto prazo quando o CEME teve conhecimento da situação em 2016, com efeito, esse curto prazo durou um ano, porque só em junho de 2017 é que surgiu um despacho a diligenciar para a questão de haver reparações nos Paióis Nacionais de Tancos. Curiosamente, saiu o despacho em 30 de junho, e o assalto tinha ocorrido no dia 28 de junho de 2017. E também, tal como foi corroborado por várias pessoas que aqui estiveram nesta Comissão de Inquérito, foi muito frisada a questão do projeto SICAVE (Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Vigilância Eletrónica), como referido neste Relatório embora de forma genérica, mas isso não é dito aqui.

O projeto SICAVE, que foi implementado em várias Unidades do Exército a partir de 2015, nunca teve como alvo os Paióis Nacionais de Tancos, nunca! Houve vários contratos em várias Unidades do Exército, mas nunca os Paióis Nacionais de Tancos foram objeto de um contrato no âmbito do SICAVE, que já vinha desde 2015. Portanto, convém também frisar este aspeto.

Por outro lado, parece que o assalto foi anunciado. Efetivamente, houve informação que chegou à Polícia Judiciária, mas depois ninguém fez nada. De facto, não foi transmitida essa informação ao Exército, às autoridades competentes, mas também, embora esta Comissão de Inquérito não tenha por missão tratar de assuntos do foro judicial, o que é um facto é que houve um procurador que desvalorizou a informação que tinha recebido e que não mandou fazer escutas relativamente a essa matéria.

Não sei se teria havido assalto ou não, mas o que é um facto é que isso não foi para a frente e não se deu avanço a essas indicações por parte da Polícia Judiciária.

Quanto à questão das responsabilidades — no caso concreto dos militares — é verdade que o relatório assaca as responsabilidades às hierarquias militares, mas também nesta Comissão de Inquérito todos nós ouvimos da parte dos oficiais que aqui estiveram que as responsabilidades eram militares mas também políticas. Isso não pode ser escamoteado.

De uma forma ou de outra, sabemos, efetivamente, que houve muitos cortes. Não quer dizer que isso justifique aquilo que aconteceu nos Paióis Nacionais de Tancos, mas é evidente que as verbas também não davam para tudo. E, depois, se havia a primazia das questões operacionais para missões externas, etc., havia outras infraestruturas que eram desvalorizadas.

Portanto, o aspeto político também devia ser relevado. Claro que fica aqui um pouco no ar, é evidente, que não há casos muito concretos, muito específicos, mas, na nossa opinião, também não será muito curial, muito justo que as responsabilidades sejam assacadas exclusivamente à tutela militar. É isto que, à partida, nos parece em relação a este Relatório.

Por outro lado, e para terminar, quando se diz que houve uma forte contestação ao Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), General Rovisco Duarte, por parte dos Srs. Tenentes-Generais — e é verdade, isso foi notório —, é preciso não esquecer que essa contestação também foi mais abrangente.

Na opinião do Bloco de Esquerda foi mais abrangente, também tentou atingir o Ministro na altura e o próprio Governo na altura. Sabemos, inclusivamente, aquilo que foi dito e foi confirmado aqui por um oficial general que, enfim, até tratou de fazer determinadas afirmações contestando algumas diretivas. E também sabemos o que é que se passou a nível do

Colégio Militar e a nível dos Comandos, por exemplo. Portanto, isso também foi evidente nesta Comissão de Inquérito.

Só para terminar, em termos das recomendações, aquilo que me parece é que, dentro da estrutura militar do Exército, é necessário que haja um reforço da democraticidade da estrutura interna, das chefias, dos procedimentos... Lembro, por exemplo, que, na questão do Colégio Militar, os manuais estavam completamente desadequados, ou seja, que não se adequavam à realidade, não sendo demais sublinhar este aspeto. O reforço da democracia, o reforço da democraticidade é importante e isso não é contraditório, ou seja, o reforço da democracia não é contraditório com a disciplina, com a ordem. Uma questão é a disciplina e a ordem, outra questão é o autoritarismo.

E por aqui me fico. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado João Vasconcelos. Segue-se agora o Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero, em primeiro lugar, cumprimentar V. Ex.^a, Sr. Presidente, e, enfim, felicitar, nos mesmos termos que o Sr. Deputado Ascenso Simões, o Relator, por não ter feito fugas para a comunicação social do seu próprio Relatório. É por aí que podemos felicitar, uma vez que só o Relator conhecia o Relatório, logo só ele poderia ter provocado fugas. Nós congratulamo-nos, pois, que V. Ex.^a não tenha feito fugas do seu próprio Relatório para a comunicação social.

Em segundo lugar, queria louvar o facto de estarmos numa democracia, de estarmos num Parlamento democrático, de estarmos num Parlamento em que foi aprovada uma Comissão de Inquérito proposta pelo

CDS-PP, de essa Comissão de Inquérito ter sido longamente acompanhada pela comunicação social, nalguns casos com maior presença, noutros com menor, mas em qualquer caso sempre longamente acompanhada pela comunicação social, que fará, seguramente, uma leitura daquilo que aqui se passou, uma leitura daquilo que aqui foi dito, uma leitura daquilo que aqui foi apurado, e essa leitura é seguramente relevante para o conhecimento do País.

Da nossa parte, também faremos, obviamente, a nossa leitura. Alguém dizia que era preciso uma leitura atenta. Eu estou de acordo, mas devo dizer que, do que li até agora, o CDS, a partir de hoje e durante a próxima semana, mais do que uma leitura atenta, vai-se dedicar a uma escrita atenta, porque há muita coisa que aqui está escrita que não corresponde à realidade. Há muita coisa que aqui está escrita que não corresponde ao que aqui foi apurado, há muita coisa que aqui não está escrita e devia estar escrita neste Relatório.

Portanto, é a isso que nos vamos dedicar, e essa é a primeira nota que eu queria dar: a de que, obviamente, o CDS não se revê neste Relatório e que apresentará alterações ou alternativas a partes significativas do Relatório que hoje aqui foi apresentado.

De resto, não é preciso ler muito mais para logo à partida detetar que há muita coisa que não corresponde. Eu acho que a Comissão de Inquérito valeu a pena, acho que o trabalho que aqui foi feito valeu a pena.

Aqui há uns tempos, ouvia o Sr. Presidente da República dizer: «Bom, temos de saber o que aconteceu em Tancos». Devo dizer que temos estado nesta Comissão quase sempre e que, tendo ouvido os não sei quantos depoimentos que ouvimos, tirando especificamente a parte criminal, ou seja, quem arrombou, quando, como, em que circunstâncias, tirando aquilo que é estritamente do foro criminal, não tenho grandes dúvidas sobre o que aconteceu aqui e sobre as responsabilidades.

Há uma parte, de resto, que é relativamente consensual e por isso está escrito, preto no branco — e branco mais branco não precisou de fazer aí... É a parte do desinvestimento, dos problemas do desinvestimento, da falta de cautela, tudo isso. Por aí tudo bem. Daí para a frente acho que é substancialmente diferente aquilo que aqui nós pudemos concluir e aquilo que o Relatório conclui.

De resto, permita-me que lhe diga, Sr. Deputado Ricardo Bexiga, com respeito por si, que eu não teria seguido este caminho que o Sr. Deputado seguiu. O Sr. Deputado segue um caminho opinativo, mas segue o caminho de uma determinada opinião. Se o Sr. Deputado se tivesse limitado aos factos e deixasse cada um ler esses factos e tirar as conclusões era uma coisa, mas o senhor não faz isso. Eu diria que o Sr. Deputado apresenta-nos o Relatório...

Bom, eu, como jurista — e somos ambos —, diria que o Sr. Deputado acaba de nos pôr em cima da mesa as alegações de defesa do Governo e do Partido Socialista. É isso que o Sr. Deputado aqui nos traz: as alegações de defesa do Governo e do Partido Socialista e a leitura conveniente dos factos que nós aqui apurámos ao Governo e ao Partido Socialista. Não nos traz nem a acusação nem a sentença, traz-nos as alegações de defesa do Partido Socialista.

E isso é fácil de demonstrar. Por exemplo, começando logo pela questão dos chefes militares, qual é a leitura que o Sr. Deputado nos quer dar? «Apurou-se, desde a nomeação de Rovisco Duarte...» — estou a citá-lo — «... uma forte contestação na cimeira do ramo e uma desconsideração pessoal e funcional dos tenentes-generais que vinham do mesmo curso da Academia.» «Um posicionamento da parte desses tenentes-generais...» — diz o Sr. Relator — «... de promoção ativa de instabilidade na estrutura do Exército».

Vou-lhe dizer o que é que eu vi aqui: vi aqui tenentes-generais que, em termos da sua honra militar, apresentaram a demissão perante um facto com que não concordaram e que se mantiveram silenciosos daí para a frente. E vi um Chefe do Estado-Maior, o CEME, Rovisco Duarte, que teve aqui uma prestação que foi lamentável. Vi exatamente o contrário do que o Sr. Relator viu.

O senhor podia ter-nos descrito os factos sem entrar em opiniões. Mais: o Partido Socialista opôs-se e a maioria opôs-se a que esses tenentes-generais viessem aqui ser ouvidos depois de o CDS ter insistido por duas vezes que eles aqui voltassem. Portanto, como é que o senhor pode concluir isto em relação a esses tenentes-generais quando nem sequer os quiseram ouvir?

Estou de acordo com um aparte que aqui foi feito de que, realmente, o tipo de recomendações que fazem é chutar para a frente e esquecer o que aconteceu. Mas digo-lhe uma coisa sobre as recomendações: faltaram-lhe duas coisas: propor, provavelmente, um louvor ao ex-Ministro Azeredo Lopes, que agiu tão bem e agiu sempre conforme e sem nenhuma responsabilidade política, e uma condecoração qualquer especial para o CEME, Rovisco Duarte. Foram as duas coisas que faltaram!

É que todos percebemos que essas duas personalidades e personagens foram demitidas por circunstâncias absolutamente estranhas, que têm a ver com o quadro global do mundo, com a situação da NATO ou com outra coisa qualquer e que nada teve a ver com isto, como, de resto, o Relator se esforça em expor e demonstrar ao longo do seu Relatório. Que isso fique muito claro.

Por outro lado, na questão da PJ e da PJM também todos percebemos o que é que aconteceu e o que eu pergunto ao Relator é porque é que ele se esforça em minorizar aquilo que aconteceu e aquilo que foi exposto. Não é dizendo que a PJ abriu um processo paralelo. Não, a PJ agiu com absoluta ilegalidade, com absoluta ilegalidade.

E quando nós vemos, por exemplo...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — PJM!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sim, a PJM, que agiu com absoluta ilegalidade, não cumprindo as instruções do Ministério Público e não cumprindo a liderança do inquérito, que era da PJ. No Relatório não está claro que a PJM agiu com absoluta ilegalidade.

E menos está claro, Sr. Deputado, quando passamos para a questão da exposição disso e da questão da recuperação do material e da forma como essa recuperação foi feita.

Acho sinceramente — vale o que vale, mas é a minha opinião e é a opinião do CDS, uma vez que sou eu que represento aqui o CDS — que os senhores, quando dizem... Vou citar mais uma vez o Relatório: «O Major Vasco Brazão (...) entregaram um documento ‘apócrifo’. Há sempre uma necessidade de sublinhar e de desvalorizar este documento. Os documentos entregues não eram oficiais» — diz-se na página 152, na alínea *m*) e, depois, na alínea *p*). Portanto, desvalorizando sempre esse documento.

E diz-se mais: «Desse documento não resulta óbvio nem resulta exposto a existência de ilegalidades». Quer dizer, não resulta exposto do tal memorando a existência de ilegalidades?! O informador da PJM diz que vai dar a localização de umas granadas como prova de que fala verdade, sempre com a condição do não envolvimento da PJ e que se o acordo entre os criminosos e a PJM for revelado o material de Tancos desaparece e a família do Major Brazão não terá descanso. Sem revelação de ilegalidades?!

O documento que foi entregue ao Ministério da Defesa Nacional é todo ele uma exposição de ilegalidades óbvias, que foi recebido no Governo um ano antes de o Governo tomar posição sobre esta matéria. E o senhor omite esse facto no seu Relatório!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não omite nada!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Quer dizer, vem dizer-nos depois que o Ministro da Defesa Nacional nunca teve exato conhecimento, vem dizer que o Chefe de Gabinete nunca transmitiu tudo...

Eu sei, Sr. Deputado, como é hábito nas comissões de inquérito, que quer o Sr. Prof. Azeredo Lopes, quer o seu Chefe de Gabinete tiveram aqui, um bocadinho, os seus «momentos Bava», para não dizer «Berardo», que é pior. Mas tiveram aqui os seus «momentos Bava»: um não se lembrava muito bem do que tinha visto no documento e do que é que tinha transmitido e o outro sabia que lhe tinham contado o essencial mas também não sabia muito bem que conhecimento é que tinha tido naquela altura. Ambos estavam um bocadinho desmemoriados, digamos.

Mas, independentemente disso, nós sabemos que o Governo foi informado desta ilegalidade e sabemos que a informação foi dupla porque houve um telefonema da Sr.^a Procuradora-Geral da República da altura, Joana Marques Vidal, indignada — não foi um telefonema a dar nota de que, se calhar, alguma coisa estava a correr mal, foi um telefonema a dizer, indignada, que tinha sido barrada à porta de Santa Margarida. De resto, a porta de Santa Margarida não está aqui...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Está, está!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Cá estaremos para continuar a discutir. Mas não está, nem está o suficiente sobre essa matéria.

Portanto, a forma como isto é tratado é uma forma de absoluta desvalorização: «Apurou-se que o Primeiro-Ministro e o Ministro da Defesa Nacional se referiram à recuperação contendo como suporte o comunicado

da PJM». Sim, tendo como suporte o comunicado da PJM, mas no mesmo dia souberam que a PJM estava a agir ilegalmente. Isto é um exercício de incompetência do Ministro da Defesa e do Primeiro-Ministro.

Como também soubemos e apurámos aqui que o Sr. Primeiro-Ministro teve conhecimento disto e que, uns dias depois, em declarações públicas à comunicação social, disse que continuava a ignorar a existência destes documentos.

A expressão «nebulosa» vem do próprio Relatório, mas a ideia com que eu fico é a de que este Relatório não é uma nebulosa, este Relatório é um buraco negro, onde desaparece informação relevante, onde desaparecem conteúdos essenciais e onde se dá, essencialmente, a versão do Governo e do Partido Socialista. O que nós sabemos, e essa é a grande conclusão do ponto de vista da responsabilidade política — ações e omissões, como V. Ex.^a diz, e bem, na introdução do seu relatório —, é que o Governo soube do sucedido na encenação e na atuação da PJM, durante 1 ano e manteve-se em funções.

Há, depois, aí uma questão, Sr. Deputado, de que é crível ou não é crível, mas isso aí já é a opinião de cada um. Acho pouco crível que um Ministro da Defesa Nacional que soubesse disto nunca tivesse tido o cuidado de falar com o Primeiro-Ministro e que um Primeiro-Ministro que lidera um Governo nunca tivesse tido o cuidado de pedir ao Ministro da Defesa Nacional que informação é que ele tinha sobre esta matéria.

Mas, aí, já estamos no domínio...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Também não disse ao Primeiro-Ministro sobre o abate das armas.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Oiça, Sr. Deputado.

Sim, mas aí já estamos no domínio do que é crível, do que é que não é crível, do que é que é aceitável, do que é que não é aceitável, do que é que cada um sabia.

É que, normalmente, num Governo, sobre uma matéria que é só o desaparecimento de material de guerra nesta quantidade, num dos maiores acontecimentos do País e mais preocupantes, não é crível que o Sr. Ministro da Defesa Nacional soubesse e, durante um ano, não tivesse dito ao Primeiro-Ministro.

Mas eu não posso prová-lo, nem a Comissão o pode provar. Aí já é uma questão de opinião, de facto. Aí é uma questão de opinião, mas não é crível. Mas que o Ministro da Defesa Nacional soube e não fez nada durante um ano, é um facto; que o Primeiro-Ministro soube e, depois de saber, continuou a tentar omitir, é outro facto indesmentível, porque isto são responsabilidades políticas.

É bastante evidente que isto não consta do Relatório. Mas também nós faremos propostas e cá estaremos para continuar a discutir esta matéria.

O Sr. **Presidente**: — Para finalizar, dou a palavra ao Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, naturalmente queríamos agradecer ao Sr. Deputado Relator o trabalho que fez, bem como aos funcionários desta Assembleia, aos assessores desta Assembleia, que auxiliaram na elaboração desse Relatório. É devido o agradecimento da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Naturalmente que, de acordo com a metodologia que se fixou, tomámos hoje conhecimento integral deste Relatório. Estivemos atentos à apresentação que o Sr. Deputado Relator fez e também a considerações já hoje feitas por Deputados de vários grupos parlamentares. Até apetece dizer

que se esta reunião ainda não era para discutir o Relatório, enfim, é com grande expectativa que aguardamos a reunião em que seja mesmo para se discutir.

Daqui até lá, de acordo com a calendarização que foi estabelecida, iremos ler atentamente o Relatório — até agora tivemos apenas oportunidade de fazer uma leitura mais superficial —, iremos também considerar propostas de alteração que possamos vir a fazer e veremos também, atentamente, outras propostas de alteração, que sejam apresentadas por outros grupos parlamentares. Obviamente daremos a nossa contribuição para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito possa, de facto, cumprir, efetivamente, o mandato de que foi incumbida por esta Assembleia.

É essa, portanto, a nossa disposição: apreciar este Relatório com toda a atenção e dar a nossa contribuição de acordo com aquilo que consideremos, em consciência, que é a verdade dos factos, que foi possível aqui apurar, independentemente, obviamente, das considerações que qualquer grupo parlamentar tenha sobre o que ocorreu — e nós também temos, temos as nossas convicções acerca desta matéria e teremos opinião sobre as circunstâncias que levaram a que isto tenha ocorrido. Mas o que importa a esta Comissão Parlamentar de Inquérito é apurar com todo o rigor que seja possível aquilo que foram os factos para que, cada um, depois possa tirar daí as suas ilações.

Portanto, obviamente iremos participar, atenta e empenhadamente, na discussão que já está calendarizada e cuja metodologia já está fixada por esta Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ascenso Simões, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, é para fazer uma interpelação à Mesa, para solicitar ao Sr. Presidente que possa distribuir aos Srs. Deputados um documento, do dia 1 de maio de 2017, que diz «General do Exército critica no *Facebook* a saída do Kosovo», onde está amplamente indicado o comportamento do General Menezes. Peço-lhe que distribua.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa fará chegar o documento a todos os grupos parlamentares, obviamente.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero agradecer, uma vez mais, ao Sr. Deputado Relator a apresentação preliminar que fez e expressar a compreensão, aliás, antecipada por todos os grupos parlamentares, da impossibilidade de hoje se proceder a uma discussão mais aprofundada sobre o mesmo.

Antes de encerrar os trabalhos por hoje, reiterava que as propostas de alteração ou sugestões ao Sr. Deputado Relator terão de ser enviadas até às 10 horas do dia 11 de junho. Serão, obviamente, depois dadas a conhecer aos diversos grupos parlamentares e depois receberão a convocatória para a reunião de discussão e votação do Relatório final.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito obrigado. Está encerrada a reunião.

Eram 15 horas e 43 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.